



A AUTORIDADE NO MUNDO MODERNO: UM DEBATE ENTRE TRADIÇÃO, CRISE E RENOVAÇÃO¹

Tatiane Maria da Silva Dias²
Maria Alves de Souza Filha³

INTRODUÇÃO

A autoridade, enquanto fundamento das relações humanas e da prática educativa, sofreu reconfigurações significativas na modernidade, tornando-se um conceito ambíguo e contestado. Arendt (2016) propõe que, diante de seu esvaziamento contemporâneo, seria mais pertinente indagar “o que foi” a autoridade, sinalizando a perda de experiências compartilhadas que outrora sustentavam sua legitimidade. Masschelein e Simons (2014), ao investigarem a etimologia do termo, associam-no à capacidade de conferir sentido ao mundo, destacando seu papel na mediação entre os sujeitos e a realidade, especialmente no campo educacional.

Para Arendt (2016), a autoridade tem origem na filosofia platônica, posicionando-se como alternativa à persuasão e à violência, e constituindo-se como elemento estruturante da convivência pública legítima. Lasch (1979), embora não formule uma definição explícita, aponta para a deterioração da autoridade, substituída por mecanismos de manipulação e força, o que intensifica o sentimento de alienação social. Este estudo, portanto, propõe uma análise crítica da crise da autoridade no mundo moderno, articulando contribuições da teoria política, das relações familiares e das práticas pedagógicas, sem abordar, neste escopo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

METODOLOGIA

A presente investigação foi conduzida por meio da abordagem qualitativa, com ênfase no paradigma interpretativo, tendo em vista sua pertinência para a compreensão de fenômenos sociais complexos mediados por subjetividades. Segundo Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa qualitativa configura-se como uma estratégia metodológica para o exame de dinâmicas

¹ Trabalho realizado na disciplina de Educação, Autoridade e Transmissão

² Estudante do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu – Doutorado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ

³ Estudante do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu – Doutorado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ-Bolsista CAPES.



humanas e interações sociais em seus múltiplos contextos, permitindo apreender significados, valores e construções simbólicas.

Com vistas à construção de um arcabouço teórico consistente, foram selecionados referenciais que subsidiam as reflexões desenvolvidas no âmbito da disciplina “Educação, Autoridade e Transmissão”, integrante do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Tais aportes teóricos foram mobilizados com o propósito de aprofundar o debate sobre os processos educativos e suas implicações epistemológicas e socioculturais.

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, conforme delineado por Lakatos e Marconi (2011), fundamentada em fontes secundárias previamente publicadas, as quais foram sistematicamente analisadas com o intuito de ampliar a compreensão sobre o objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A Crise da Autoridade: Raízes Históricas e Efeitos Sociais

1.1. A Autoridade na Política, na família e na educação

Arendt (2016) estabelece distinções conceituais entre autoridade, poder e violência, ressaltando que a autoridade demanda obediência, mas se mostra incompatível com coerção ou persuasão, uma vez que estas pressupõem, respectivamente, relações de desigualdade ou de igualdade entre os interlocutores. A presença da força ou da argumentação, portanto, sinaliza a suspensão ou o fracasso da autoridade. Tal diferenciação é epistemologicamente relevante, pois evidencia que a autoridade possui legitimidade intrínseca, não condicionada a mecanismos externos de imposição.

A dificuldade de apreensão da autoridade no contexto moderno, conforme Arendt (2016, p. 78), decorre de sua dissolução enquanto experiência autêntica e incontestável. A autora observa que “pouca coisa acerca de sua natureza parece auto evidente ou mesmo compreensível a todos”, indicando que sua crise é simultaneamente prática e teórica. A erosão de modelos tradicionais gerou um vazio referencial, tornando ambígua a própria definição de autoridade. Arendt (2016) atribui essa crise às transformações políticas do século XX, como o colapso dos sistemas partidários e a ascensão de regimes totalitários, os quais emergiram em meio à ruptura das autoridades tradicionais e à substituição destas por ideologias que rejeitam tanto a tradição quanto a legitimidade histórica.



No âmbito das relações familiares, Lasch (1979) identifica que a crise da autoridade se manifesta por meio de vínculos marcados pela insegurança e pela ausência de um consenso moral sólido. Os pais contemporâneos tendem a evitar a imposição arbitrária de seus desejos às crianças, buscando fundamentar a autoridade por meio da razão. Todavia, conforme o autor, tais padrões racionais revelam-se frequentemente ilusórios, contribuindo para um ambiente doméstico permeado por confusão e fragilidade emocional. Essa dinâmica é particularmente preocupante na relação entre pais e filhos, na qual observa-se uma transferência de responsabilidades disciplinares entre os genitores: o pai delega à mãe a condução cotidiana da disciplina, enquanto esta recorre à autoridade paterna em momentos de tensão. Esse deslocamento contribui para o distanciamento afetivo e está correlacionado ao aumento de fenômenos como suicídio juvenil e dependência de substâncias psicoativas (Lasch, 1979).

A crise da autoridade repercute diretamente na esfera educacional. Arendt (2014) argumenta que a educação sempre exigiu autoridade como uma necessidade tanto natural quanto política. A tarefa de introduzir os recém-chegados em um mundo preexistente torna-se complexa quando a autoridade do docente ou da instituição educacional é sistematicamente contestada. Masschelein e Simons (2014) propõem que a educação transcende a mera transmissão de saberes, constituindo-se como uma prática que confere autoridade às “coisas do mundo”. Para os autores, “a tarefa da educação é garantir que o mundo fale com os jovens” (p. 52), ressignificando a escola como espaço de interlocução com o mundo, no qual a disciplina é concebida não como opressão, mas como elemento formativo essencial. Defendem, ainda, que a autoridade educacional deve concentrar-se no conteúdo — nas coisas — e não nos sujeitos aprendentes, contrapondo-se às tendências contemporâneas que privilegiam demandas individuais em detrimento do engajamento com o mundo comum.

Lasch (1979) observa que a modernidade reformulou a percepção da autoridade, frequentemente associando-a à incompetência ou à malevolência. Tal visão decorre da ruptura com figuras tradicionais — como monarcas e sacerdotes — que, embora paternalistas, ofereciam uma sensação de proteção. Incapaz de internalizar a autoridade, o sujeito moderno projeta suas angústias sobre o mundo exterior, transformando-o em um espaço hostil. Nesse cenário, a educação deve ser concebida como instrumento de reintrodução da autoridade no mundo, permitindo não apenas sua tematização, mas também o engajamento reflexivo com suas realidades. O papel da escola, portanto, ultrapassa a função de transmitir conhecimento,



devendo assegurar que o mundo se torne inteligível aos jovens e que estes possam responder de forma crítica e atenta (Masschelein e Simons, 2014).

Para Arendt (2016), a autoridade perdida na modernidade não corresponde a uma abstração genérica, mas a uma forma específica que estruturou o mundo ocidental por séculos. Essa transformação aponta para a necessidade de redefinir a autoridade em um contexto no qual as tradições já não oferecem os mesmos fundamentos para a educação. Nesse sentido, Masschelein e Simons (2014) questionam o propósito da escola, argumentando que, ao vinculá-la exclusivamente a objetivos externos — como a preparação para o mercado de trabalho ou para a educação superior — negligencia-se sua função primordial de oferecer uma formação geral. Tal formação deve habilitar os indivíduos à participação autônoma e crítica na vida social. Lasch (1979) reforça essa perspectiva ao destacar a fragilidade das bases da obediência na ausência de um consenso moral compartilhado.

Quando a obediência se fundamenta exclusivamente na imposição legal, torna-se instável, favorecendo a desobediência sistemática diante de oportunidades. Essa instabilidade é agravada pela convivência de autoridades que ignoram transgressões, comprometendo ainda mais a legitimidade normativa. No plano cultural, essa alienação é intensificada pela propaganda de massa e pela manipulação publicitária, que corroem a confiança pública nas instituições de autoridade. Para Lasch (1979), a modernidade substituiu a lealdade ao consenso moral pela imposição de normas frágeis, frequentemente desrespeitadas tanto pelos cidadãos quanto pelas próprias autoridades.

Arendt (2016) distingue tradição de passado, enfatizando que a perda da primeira não implica a ausência do segundo. Essa distinção é fundamental para compreender como a modernidade pode articular autoridade e inovação. A autora remete a Platão como referência para a introdução da autoridade na esfera pública, como alternativa à persuasão e à violência. Contudo, as condições contemporâneas demandam novas abordagens, capazes de lidar com a fragmentação do mundo moderno.

Nesse contexto, Masschelein e Simons (2014) sugerem que a escola pode assumir papel central na renovação da autoridade, ao apresentar o mundo de forma significativa e legítima aos jovens. A “arte de apresentar”, segundo os autores, consiste em conferir vitalidade a pensamentos, números, gestos e ações, criando um espaço propício ao florescimento do diálogo entre tradição e modernidade. Assim, a crise da autoridade na contemporaneidade configura-se



como um fenômeno multifacetado, cuja superação exige reflexão crítica, interdisciplinar e integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, a partir do debate sobre autoridade no mundo moderno, que a crise da autoridade no mundo moderno não representa sua extinção, mas sim uma reconfiguração que exige reflexão crítica e abertura epistemológica. As contribuições de Arendt, Lasch e Masschelein e Simons evidenciam que a autoridade, embora fragilizada pelas transformações sociopolíticas e culturais, permanece como um elemento estruturante das relações humanas, especialmente no campo educacional. A perda de modelos tradicionais e o enfraquecimento do consenso moral revelam a necessidade de resgatar a autoridade não como imposição, mas como mediação legítima entre o sujeito e o mundo.

Nesse sentido, a revitalização da autoridade demanda práticas pedagógicas que transcendam a lógica da mera transmissão de conteúdos e promovam o engajamento reflexivo dos estudantes com a realidade. A escola, enquanto espaço privilegiado de apresentação do mundo, deve assumir o papel de reconectar os indivíduos às dimensões simbólicas e éticas da convivência social. Ao articular tradição e inovação, e ao reconhecer a autoridade como expressão de cuidado e responsabilidade, torna-se possível reconstruir vínculos legítimos que sustentem a formação crítica e autônoma dos sujeitos em uma sociedade marcada pela fragmentação e pela instabilidade normativa.

Palavras-chave: Autoridade. Crise. Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

ARENDT, Hannah. *A crise na educação*. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. p. 223–246.

LASCH, Christopher. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *A escola e a arte de apresentar o mundo como um lugar de liberdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.